



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

17 a 28 de setembro de 2018

Informativo

Decisões Judiciais nº 10/2018

Este informativo destina-se a facilitar o acesso e o acompanhamento das decisões judiciais que possuem relevância para a atuação do TCDF. Alguns dispositivos podem ter sido editados pelo Serviço de Jurisprudência com o intuito de facilitar a leitura e a compreensão, sem, contudo, alterar o mérito, não se traduzindo, pois, em repositório oficial.

A verbetagem criada por este Serviço de Jurisprudência tem o objetivo de indicar o assunto tratado na decisão judicial, sem apresentar o desfecho do julgamento. Para informações mais detalhadas, acesse o link disponibilizado.

*Serviço de Jurisprudência
jurisprudencia@tc.df.gov.br*

Sumário

STF

1. *PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA. EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL.*
2. *PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. EXAME PSICOTÉCNICO. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO. SUBMISSÃO A NOVO EXAME PSICOTÉCNICO.*

STJ

1. *PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA DE TRABALHO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS NA ÁREA DA SAÚDE. LIMITAÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES.*

TJDFT

1. *CONCURSO PÚBLICO. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – CBMDF. CANDIDATA GESTANTE. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE EXAME MÉDICO. ELIMINAÇÃO DO CERTAME. APRESENTAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS APÓS O PARTO.*



STF

1. *PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA. EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.034

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. [Lei Complementar Distrital nº 232/1999](#). Aumento de alíquota da contribuição para a previdência social dos servidores públicos ativos e inativos do Distrito Federal. 3. Alegação de ausência de avaliação atuarial. Violação ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. Improcedência. 4. Caráter Confiscatório da Majoração. Não caracterização. 5. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida em parte e, na parte conhecida, julgada improcedente. 6. Pedido prejudicado em relação ao art. 2º, alterado pela [Lei Complementar nº 232/2004](#).

2. *PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. EXAME PSICOTÉCNICO. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO. SUBMISSÃO A NOVO EXAME PSICOTÉCNICO.*

REPERCUSSÃO GERAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.133.146 – DF

Recurso extraordinário. Administrativo. Concurso público. Exame psicotécnico com previsão no edital e na lei. Ausência de critérios objetivos de avaliação no edital. Nulidade do exame psicotécnico. Controvérsia quanto à necessidade de realização de nova avaliação psicológica para o prosseguimento no certame. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Controvérsia constitucional dotada de repercussão geral. Reafirmação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário provido.

STJ

1. *PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA DE TRABALHO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS NA ÁREA DA SAÚDE. LIMITAÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES.*

REsp 1.746.784-PE

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS REMUNERADOS. ÁREA DA SAÚDE. LIMITAÇÃO DA CARGA HORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. REQUISITO ÚNICO. AFERIÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1. A Primeira Seção desta Corte Superior tem reconhecido a impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais.

2. Contudo, o Supremo Tribunal Federal, reiteradamente, posiciona-se "[...] no sentido de que a acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da [CF/88](#), não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal" ([RE 1.094.802 AgR](#), Relator Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, julgado em 11/5/2018, DJe 24/5/2018).

3. Segundo a orientação da Corte Maior, o único requisito estabelecido para a acumulação é a compatibilidade de horários no exercício das funções, cujo cumprimento deverá ser aferido pela administração pública. Precedentes.

4. Adequação do entendimento desta Corte ao posicionamento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

5. Recurso especial provido.



TJDFT

1. *CONCURSO PÚBLICO. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – CBMDF. CANDIDATA GESTANTE. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE EXAME MÉDICO. ELIMINAÇÃO DO CERTAME. APRESENTAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS APÓS O PARTO.*

Acórdão n.1119948

REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA GESTANTE. ELIMINAÇÃO NA FASE DE INSPEÇÃO DE SAÚDE POR FALTA DE APRESENTAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS. POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO POSTERIOR AO PARTO. PROTEÇÃO À MATERNIDADE. ISONOMIA. PROPORCIONALIDADE. RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. A exigência de que candidatas gestantes apresentem exames que possuem risco de má-formação fetal, dentro do mesmo prazo conferido aos demais concorrentes, viola a garantia constitucional de proteção à maternidade, bem como o princípio da isonomia, ao impor às candidatas, em condições diversas dos demais, a exposição a riscos e prejuízos às suas vidas e às vidas de seus filhos.

2. Não é plausível a previsão de tratamento diferenciado para a situação de risco por esforço físico intenso da candidata grávida, sem a necessária correspondência para o caso de realização de exames que expõem a gestante e o feto a riscos de dano.

3. Ofende os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade a eliminação de candidata gestante na etapa de inspeção de saúde, por falta de apresentação de exames de imagem radioativos prejudiciais ao feto, dentro do mesmo prazo conferido aos demais candidatos, sem a possibilidade de continuação nas demais etapas do concurso, porque não se cuida de dispensar a candidata dos exames exigidos pelo edital, mas sim de postergar a sua apresentação para momento posterior, após a supressão dos riscos à formação e saúde do feto, o que não acarreta prejuízos à administração, tampouco aos demais candidatos.

4. Remessa oficial conhecida e não provida.

